ATA DE 11/07/2025

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do Concelho de Vila Velha de Ródão levada a efeito em onze de julho de dois mil e vinte e cinco

Ata n.º. 15

A Os onze dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, pelas 14:30 horas, realizou-se a reunião ordinária pública, descentralizada, da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, que teve lugar no Edifício da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, com a presença do Senhor Presidente da Câmara, Luís Miguel Ferro Pereira, que presidiu e dos Senhores Vereadores José Manuel Ribeiro Alves, Ana Luísa Faria Pereira Correia Marques, Ana da Conceição Bento Carepo e Carlos Manuel Correia Cardoso Martins Faria. -----

---A reunião foi declarada aberta pelo Senhor Presidente, pelas 14:30 horas. -----

---Depois de verificadas as presenças passou-se de imediato à leitura da ata da reunião anterior, findo o que, e após ter sido esta aprovada, se procedeu à sua assinatura, continuando-se com os assuntos constantes da Ordem do Dia. -----

Período antes da ordem do Dia

--- **O Sr. Presidente** deu início à reunião cumprimentando todos os presentes que fizeram questão de comparecer à sessão, tendo deixado uma palavra de agradecimento ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão e restantes membros da Junta de Freguesia, pela forma amável e cordial como sempre recebem o executivo nas reuniões descentralizadas do Executivo Municipal. Cumprimentou, também, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Informou ainda que, nos termos do artigo 10º do Regimento da Câmara Municipal, daria a palavra a todos os presentes, para que pudessem apresentar as suas questões no final da reunião, contudo se alguém pretendesse intervir de imediato o poderia fazer. -----

--- Usou da palavra, o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, Vítor Oliveira**, que cumprimentou todos os presentes e agradeceu, em nome do executivo e da assembleia da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, pela continuidade das reuniões descentralizadas que permitem uma maior proximidade e participação da população das freguesias mais distantes da sede do concelho. Enumerou alguns dos trabalhos efetuados pelo seu executivo, nomeadamente o plano de requalificação dos caminhos rurais em toda a freguesia; a colocação de calçada numa rua da aldeia de Amarelos, cuja área foi de cerca de 200 m²; a requalificação da capela em Cebolais de Baixo; o aumento do apoio às associações da freguesia, tendo este ano começado a apoiar, também, as festas populares; a limpeza de arruamentos, recorrendo a empresas externas quando não é possível apenas com os colaboradores da junta de freguesia; o apoio ao centro de convívio, através do transporte dos idosos e no desenvolvimento de atividades; à semelhança do município, começaram a marcar reuniões descentralizadas, para que todos possam dar o seu contributo na resolução dos problemas existentes nas localidades e do

lançamento de um concurso para aquisição de uma viatura de trabalho. Agradeceu também todo o apoio que tem sido dado pelo Município, especificando a requalificação do acesso à localidade de Cebolais de Baixo, pela Estrada Vale do Outeiro; pelas ações de sensibilização dinamizadas pelo Radar Social e pela criação do Polo da Academia Sénior em Sarnadas de Ródão. Reconheceu haver um elevado investimento por parte do Município em Vila Velha de Ródão, do qual se congratula, uma vez que se trata de investimentos para melhorar as condições da população de todo o concelho, contudo, e independentemente desse investimento, referiu que havia obras muito importantes para a freguesia de Sarnadas de Ródão, reconhecendo como mais urgentes a requalificação do Polivalente; a Requalificação da Rua do Outeiro, em Cebolais de Baixo, pelo seu estado de degradação; a Requalificação de calçadas em várias ruas da freguesia; a rampa de acesso à igreja para pessoas com mobilidade reduzida e as obras na Rua da Estação, considerando ser esta de grande importância pois embelezaria a localidade de Sarnadas de Ródão. Terminou agradecendo mais uma vez pela política de proximidade. -----

-- De seguida tomou a palavra o **Sr. Rui Gonçalves** que apresentou três problemas em Sarnadas de Ródão: o primeiro relacionado com o barulho proveniente do trânsito na A23, considerando que seria muito importante a colocação de barreiras acústicas, pois ouve-se muito barulho na parte sul de Sarnadas de Ródão; a segunda questão tinha a ver com a reedificação da Fonte Nova, questionando se seria aquela uma matéria da responsabilidade da Câmara Municipal e a última prendia-se com a existência de dois postos de iluminação pública que estão no privado e fazem falta na Rua Nova. -----

--- A **Sra. Maria Beatriz Jesus**, usou da palavra para expor a situação de falta de colocação de paralelos, junto à sua porta, na Rua Nova, situação que se verifica há mais de um ano, pedindo ao Sr. Presidente que solicitasse aos serviços a colocação dos mesmos. -----

--- Seguidamente usou da palavra a **Sra. Hortelinda Bento**, reclamando o facto de atualmente pagar taxa de esgotos e saneamento, serviço do qual não usufrui e que não lhe era cobrado no passado, sendo que numa das suas duas casas nem tem casa de banho. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu às questões colocadas, tendo começado por agradecer a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, felicitando-o pelo trabalho que tem desenvolvido na freguesia, elogiando também todos os presidentes de junta de freguesia do concelho pelo espírito de compromisso que têm pelas suas populações e pelo trabalho desenvolvido que tem sido notável, mesmo quando a Câmara não consegue apoiar tanto como gostaria. Destacou igualmente o sentido de responsabilidade, esforço e dedicação dos Sr.es Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho, o reconhecimento do esforço de investimento que estava a ser feito pelo município e a estratégia que tem sido perseguida, só passível de alcançar quando todos trabalham em sintonia, beneficiando assim todo o Concelho. Referiu ter ouvido atentamente as questões colocadas, algumas delas já conhecidas e que têm vindo a ser acompanhadas, outras já estão em fases mais

ATA DE 11/07/2025

avançadas de concretização, como é o caso da rampa de acesso à igreja, que já tinha projeto, mas infelizmente ainda não tinha sido possível concretizar devido a um conjunto de exigências, que implicavam um cenário mais difícil, mas que se iria concretizar. No que respeitava à Rua da Estação, a mesma já estava incluída numa intervenção que abrange o Loteamento do Barreiro, e espaços envolventes do domínio público, considerando que passada a fase mais exigente e mais limitativa das pequenas intervenções, a Câmara Municipal teria condições para dar resposta. Respondendo às questões colocadas pelo **Sr. Rui Gonçalves**: relativamente à questão da A23 e aos problemas acústicos, têm sido recorrentes as queixas, nomeadamente nos Rodeios, preocupação reforçada também pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia, tendo conhecimento de já terem sido efetuadas medições, na zona dos Rodeios em que os valores medidos, na altura, estavam dentro dos limites legalmente impostos. Não tinha conhecimento que havia também essa questão nas Sarnadas de Ródão, mas registava essa situação que seria seguida com atenção. Relativamente à Fonte Nova, referiu que se a infraestrutura viesse a ser recuperada seria por iniciativa da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, embora não fosse da sua área de intervenção, pois as Infraestruturas de Portugal não têm atuado em várias situações que são da sua inteira responsabilidade, quanto mais nestas questões que são marginais. Contudo, considerava fazer todo o sentido recuperar aquela fonte, de grande importância para as pessoas de Sarnadas de Ródão e para todos os munícipes, lamentando o facto de se ter deixado delapidar aquele património, tendo levado ao estado de degradação em que se encontra. Relativamente à questão dos postos de iluminação, informou que iria solicitar ao Fiscal Municipal para verificar a situação. Relativamente à questão da **Sr. Maria Beatriz**, lamentava o facto de passado tanto tempo, ainda não ter sido reparada a calçada, mas iria dar indicação aos serviços para resolver a situação rapidamente. Salientou, mais uma vez, a importância destas reuniões descentralizadas no sentido de serem alertados para estas situações e dar resposta de forma mais célere. Em resposta à questão da **Sr. Hortelinda Bento**, admitiu tratar-se de uma injustiça, já reclamada por muitos munícipes, mas tinha sido uma obrigatoriedade imposta pela ERSAR a cobrança desta taxa, situação adiada durante algum tempo pela Câmara Municipal, mas caso não fosse implementada o Município ficaria sujeito a penalizações elevadas. Com a aplicação desta taxa as pessoas que têm fossas sépticas passavam a ter direito a duas limpezas gratuitas por ano, contudo se essa necessidade não ocorresse, este benefício não era aproveitado por todos os munícipes. Nesse sentido tem sugerido aos munícipes para fazerem uma reclamação junto das entidades envolvidas, esclarecendo que as reclamações que são feitas junto da Câmara Municipal são remetidas para conhecimento da ERSAR, com o objetivo destes, ao verificarem que há tantas reclamações, possam olhar para o tema de outra forma. -----
---- **O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas**, usou novamente da palavra, para esclarecer que relativamente à questão do ruído causado pelos veículos que passam na A23, detém um relatório com os

resultados das medições, cujo conteúdo indica que os valores estão dentro dos valores estabelecidos legalmente, acrescentando que essas medições foram realizadas antes da isenção das portagens, admitindo que atualmente devesse haver mais movimento. Relativamente à questão da Fonte Nova, informou que a Junta de Freguesia tinha adquirido um produto para lavar a fonte, de forma a dar-lhe uma melhor aparência, tendo dado nota também de uma reclamação apresentada pela Junta de Freguesia junto das Infraestruturas de Portugal, relativamente ao mau estado dos cruzamentos na estrada nacional N3. -----

--- De seguida, usou da palavra o **Sr. Joaquim Pires Sousa**, para expor uma situação ocorrida na rua onde mora, Rua do Espírito Santo, em Sarnadas de Ródão, onde foi arrancado um sinal de proibição de estacionamento e movido para outra rua, encontrando-se sempre veículos estacionados nesse local, de pessoas que possuem duas garagens numa rua próxima, e que o impedem de tirar o trator que tem na garagem, impedindo-o de ir aos seus olivais.-----

--- O **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, agradeceu a intervenção e solicitou a colaboração do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão para efetuar o registo fotográfico da situação e o enviasse para o Município, para tentar resolver a situação nos termos possíveis. -----

--- De seguida falou a **Sra. Rosa Antunes**, apresentando a sua preocupação que se prendia com o facto da sua casa se encontrar entre duas casas degradadas, o que lhe provocava medo quando se desloca pelo acesso exterior entre o rés do chão e o primeiro andar. Acrescentou ainda que a proprietária da casa tinha estado em Sarnadas de Ródão, mas não tinha conseguido qualquer resolução para a situação, tendo solicitado ao Sr. Presidente que verificasse a situação descrita. -----

--- Por fim, usou da palavra o **Sr. Luís Fontelas**, que deu nota de um outro sinal que foi retirado à saída da Rua do Escorregador tendo o **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, solicitado, novamente, a colaboração do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, no levantamento fotográfico das situações expostas e o seu encaminhamento para a Câmara para se poder analisar e resolver as situações de forma mais célere. -----

ORDEM DO DIA – Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: -----

3 – Finanças Municipais-----

---Foi presente o balancete da Tesouraria Municipal do dia anterior, por onde se verificou o seguinte movimento: Total de disponibilidades “4.953.882,27€” (quatro milhões, novecentos e cinquenta e três mil, oitocentos e oitenta e dois euros e vinte sete cêntimos), dos quais “4.939.142,01€” (quatro milhões, novecentos e trinta e nove euros, cento e quarenta e dois euros e um cêntimo), são de Dotações Orçamentais e “14.740,26€” (catorze mil, setecentos e quarenta euros e vinte e seis cêntimos) de Dotações não Orçamentais.-----

4 – Ratificação de despachos-----

ATA DE 11/07/2025

4.1 - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho n.º 82, de 01/07/2025, do Sr. Presidente da Câmara Municipal que, no uso das competências que lhe confere n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, considerando a informação conjunta do Gabinete de Informação e Relações Públicas, datada de 26 de junho de 2025, e pelos motivos ali relatados determinou, a suspensão da empreitada “Museografia e Comunicação do CIART válida entre 17/05/2025 e 20/06/2025, com base nos fundamentos indicados; a contagem do prazo contratual dos trabalhos até 05/07/2025 e que seja promovida, pela fiscalização, a formalização do respetivo auto de retoma dos trabalhos, com envio para arquivo do processo da empreitada e com conhecimento ao adjudicatário. -----

---O **Sr. Vereador** questionou os motivos do atraso da empreitada, tendo o **Sr. Presidente** explicado que se tratava de um tema muito importante para Vila Velha de Ródão, em que estiverem envolvidos especialistas em diversas temáticas, que conduziu a uma morosa articulação de ideias e, conseqüentemente, implicou um atraso nos trabalhos. Atendendo à experiência da empresa adjudicatária já foram ultrapassadas todas as questões e brevemente se abrirá as portas ao público, com uma exposição muito abrangente onde havia que assegurar os melhores contributos, para que o resultado final fosse irrepreensível. -----

4.2 - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o **Despacho n.º 90**, de 10/07/2025, do Sr. Presidente da Câmara Municipal que, no uso das competências que lhe confere n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, visto o teor da Informação n.º 756/2025 do Gabinete Jurídico e, considerando que: a. Foi rececionado, no dia 07 de julho de 2025, um pedido para emissão de certidão «que refira que a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão prescinde do prazo de 30 dias para solicitar 2ª Avaliação», no âmbito do valor patrimonial tributário de prédio urbano, por motivos relacionados com a urgência do processo de alienação do imóvel, nomeadamente para a respetiva escritura, atendendo a que os compradores estão a residir fora do território nacional e se irão deslocar a Portugal ainda este verão; b. Tal pedido surge na sequência da notificação realizada por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), ao sujeito passivo, do resultado da Avaliação efetuada ao prédio em propriedade total sem andares ou divisões suscetíveis de utilização independente, inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo 1640, da Freguesia 051101 Fratel, cujo Valor Patrimonial Tributário atribuído é de 58.620,00 €, apurado nos termos do artigo 38.º e seguintes do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado e publicado em Anexo I ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua atual redação; c. Como se pode ler do n.º 3 do artigo 15.º-E do CIMI, «À câmara municipal da área da situação do prédio urbano é disponibilizada, por via eletrónica, a Informação relativa ao resultado da Avaliação geral, para os efeitos do disposto no artigo seguinte»; d. O n.º 1 do artigo 15.º-F do CIMI, estabelece que «Quando o sujeito passivo, a câmara municipal ou o chefe de finanças não concordarem com o resultado da

Avaliação geral de prédio urbano, podem, respetivamente, requerer ou promover a Segunda Avaliação, no prazo de 30 dias a contar da data em que o sujeito passivo tenha sido notificado».

Determinou a dispensa do prazo de 30 dias, previsto no n.º 1 do artigo 15.º-F do CIMI, para efeitos de segunda avaliação ao prédio urbano descrito supra, realizada pela AT; e a notificação do sujeito passivo da presente deliberação, bem como do Chefe do Serviço de Finanças da área da situação do prédio, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 1 e 3 do artigo 15.º-F, conjugado com o n.º 1 do artigo 15.º-E, ambos, do CIMI.

5 – Alteração aos documentos Previsionais

--- Foi elaborado o documento que contempla a 5.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2025, conforme descrito na informação n.º 761/2025, da DAF, que se dá por transcrita, e que prevê: A 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita Efetiva, para o ano 2025, com uma diminuição de 152.000,00€ (cento e cinquenta e dois mil euros) e para 2026 com diminuição de 248.000,00€ (duzentos e quarenta e oito mil euros); A 5.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa Efetiva, para o ano 2025, com um reforço no valor de 69.530,00 € (sessenta e nove mil quinhentos e trinta euros) e uma diminuição no valor de 221.530,00 € (duzentos e vinte e um mil quinhentos e trinta euros); na Despesa Corrente o valor modificado é de 39.730,00€ (trinta e nove mil setecentos e trinta euros) e na Despesa de Capital os reforços são de 29.800,00€ (vinte e nove mil e oitocentos euros) e as diminuições no valor de 181.800,00€ (cento e oitenta e um mil e oitocentos euros). Para o ano 2026, o valor da diminuição nas Despesas de Capital é de 248.000,00€ (duzentos e quarenta e oito mil euros); 2.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, com uma redução em 2025 de 13.300,00€ (treze mil e trezentos euros); e 5.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, com uma redução, em 2025, de 152.00,00€ (cento e cinquenta e dois mil euros) e 248.000,00€ (duzentos e quarenta e oito mil euros) em 2026. Nestes termos propõe-se à Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 46.º-B, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, aditado pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do art.º 33 do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, da presente proposta da 5.ª Alteração Orçamental Modificativa, constante dos mapas anexos, elaborada nos termos do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, da Norma de Contabilidade Pública nº26 e do disposto no ponto 8.3.1.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

--- A Câmara Municipal deliberou, por quatro votos a favor e uma abstenção do Sr. Vereador Carlos Faria, ao abrigo nº 3 do artigo 46º-B, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, aditado pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, conjugado com a alínea d) do nº1 do art.º 33 do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a 5.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais, conforme mapas anexos, elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, da Norma de Contabilidade Pública n.º 26 e

ATA DE 11/07/2025

do disposto no ponto 8.3.1.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, nos termos alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos da proposta apresentada.-----

6 – Pedido de Licença para Ocupação de Espaço Público -----

Considerando o Parecer Técnico da DOUA referente ao pedido de licenciamento para ocupação do espaço público com construções provisórias de apoio à realização de uma festa popular que a associação “Inverno Solidário – Associação Sociocultural Chão das Servas”, contribuinte n.º 517804646, com sede na Rua do Lagar, n.º 4, em Chão das servas, a levar a efeito de 12 a 13 de julho de 2025, no Largo principal da aldeia, em Chão das Servas, propõe-se à Câmara Municipal aprovar a emissão de Licença para ocupação do espaço público com construções de apoio à realização da festa popular, de 12 a 13 de julho de 2025, numa área de 10 m² (dez metros quadrados), no Largo principal da aldeia, em Chão das Servas. -

---- Analisando o Parecer Técnico da DOUA, a Câmara deliberou por unanimidade, nos termos do artigo 8.º e do n.º 2 do art.º 25.º do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade do Município de Vila Velha de Rodão para efeitos de aplicação do Decreto-Lei nº48/2011, na sua atual redação, aprovar a emissão de Licença para Ocupação do Espaço Público com construções de apoio à realização da festa popular, de 12 a 13 de julho de 2025, numa área de 10 m² (dez metros quadrados), no Largo principal da aldeia, em Chão das Servas. -----

7 – Pedido de Pagamento em Prestações – Processo de Contraordenação n.º 02/2023 – OMD – Audição Portugal, Lda.-----

---Considerando que: a) Foi rececionado, no dia 01 de julho de 2025, um novo pedido de prorrogação do prazo para da coima relativa ao processo de contraordenação n.º 02/2023 por parte da gerência da OMD – Audição Portugal, Lda., bem como novo pedido de pagamento em duas prestações; b) Tal requerimento surge, na sequência do Ofício n.º 1517, de 02/06/2024, através do qual a empresa foi: informada da deliberação da Câmara, levada a efeito a 30 de maio de 2025, nos termos da qual não foi autorizado o pedido inicial, datado de abril do presente, para pagamento do valor da coima em seis prestações; e notificada para proceder, no prazo de 10 dias, ao pagamento da coima no valor de 2.000,00€, acrescidos de 25,00€ de custas administrativas, em cumprimento da Certidão emitida para execução da decisão administrativa, sob pena de remessa do respetivo processo para o Ministério Público e para a Autoridade Tributária, para efeitos de execução, ao abrigo do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro. c) Até à presente data a OMD – Audição Portugal, Lda. não procedeu ao pagamento referido. d) O novo requerimento apresentado pela OMD – Audição Portugal, Lda. padece, mais uma vez, de comprovação que demonstre a sua situação económica, tal como o exigido no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua atual redação, e bem assim no artigo 11.º das Normas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, pelo que não se verificam quaisquer alterações – de facto

e/ou de direito – suscetíveis de poder consubstanciar uma modificação à deliberação tomada, em reunião da Câmara, no dia 30 de maio de 2025. Face ao exposto, sugere-se que a Câmara Municipal aprove: a não autorização do novo pedido de pagamento em prestações, relativo ao Processo de Contraordenação n.º 02/2023, conforme o solicitado pela OMD – Audição Portugal, Lda., com fundamento na falta de preenchimento do requisito exigido pelo artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua atual redação, assim como pelo artigo 11.º das Normas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, ou seja, não comprovação da sua situação económica; a prorrogação, a título excepcional, do prazo para que a OMD – Audição Portugal Lda. possa proceder ao pagamento integral da respetiva coima, em mais 5 dias úteis, antes da sua remessa para o MP e AT, para efeitos de execução, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro.-----

--- Analisado o assunto e de acordo com os fundamentos apresentados, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 6.º e alínea i) do artigo 14.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, do artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, do artigo 11.º das Normas de Execução Orçamental da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, todos na sua redação atual, aprovar a não autorização do pedido de pagamento em prestações, relativo ao Processo de Contraordenação n.º 02/2023, conforme o solicitado pela OMD – Audição Portugal, Lda., com fundamento na falta de preenchimento do requisito exigido pelo artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua atual redação, assim como pelo artigo 11.º das Normas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, ou seja, não comprovação da sua situação económica; prorrogação, a título excepcional, do prazo para que a OMD – Audição Portugal Lda. possa proceder ao pagamento integral da respetiva coima, em mais 5 dias úteis, antes da sua remessa para o MP e AT, para efeitos de execução, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro.-----

--- O Sr. Presidente referiu que a proposta de indeferimento se devia ao facto de já se ter sido dado o tempo necessário para a empresa efetuar o pagamento, tendo mesmo a empresa entrado por uma via de litígio pelo que não se justificava atender ao pedido apresentado. -----

8 - AgriStarBio – Pedido de viabilidade de ligação da unidade industrial a uma nova infraestrutura de abastecimento de água potável-----

--- Foi presente a informação n.º 741/2025, da DOUA relativo ao pedido da empresa AgriStarBio para ligação futura a infraestrutura de abastecimento de água e considerando: O pedido formal apresentado pela empresa AgriStarBio; a análise técnica efetuada e constante na informação n.º 741, datada de 7 de julho de 2025; O contexto da unidade fabril em fase final de licenciamento e os prazos operacionais indicados pela requerente; A inexistência atual de projeto ou obra para a infraestrutura pretendida. Propõe-se à Câmara Municipal o seguinte: 1. Aceitar, em sede de planeamento técnico e estratégico, o

ATA DE 11/07/2025

ponto de ligação indicado pela empresa AgriStarBio como localização preferencial para futura ligação à rede pública de abastecimento de água, a concretizar por intermédio de nova adutora a desenvolver entre o depósito municipal junto à unidade da Navigator e a localidade de Coxerro; 2. Reconhecer que, à presente data, essa infraestrutura não se encontra projetada nem contratualmente programada, sendo apenas considerada como solução técnica potencial a desenvolver no futuro; 3. Determinar que a aceitação do ponto de ligação proposto não configura, por si só, um compromisso incondicional quanto à execução da adutora no prazo indicado pela empresa (1 de junho de 2026), mas sim um reconhecimento da sua viabilidade técnica em sede de planeamento; 4. Mandatar os serviços municipais para que, sem prejuízo da tramitação e calendarização da solução definitiva, seja avaliada e equacionada uma solução transitória ou provisória de abastecimento de água, a implementar caso não seja possível garantir a entrada em funcionamento da infraestrutura definitiva no prazo referido, de forma a não comprometer o arranque da atividade da unidade fabril; 5. Notificar a empresa requerente do teor da presente deliberação, clarificando que: A aceitação do ponto de ligação se encontra condicionada à compatibilização com a futura solução de projeto; A concretização da infraestrutura dependerá da disponibilidade orçamental e da tramitação dos procedimentos legais e contratuais necessárias; O Município desenvolverá esforços para garantir, em articulação com os seus serviços técnicos, a viabilidade de uma solução de abastecimento adequada ao início da atividade da unidade industrial. -----

---Vista a informação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, 1. Aceitar, em sede de planeamento técnico e estratégico, o ponto de ligação indicado pela empresa AgriStarBio como localização preferencial para futura ligação à rede pública de abastecimento de água, a concretizar por intermédio de nova adutora a desenvolver entre o depósito municipal junto à unidade da Navigator e a localidade de Coxerro; 2. Reconhecer que, à presente data, essa infraestrutura não se encontra projetada nem contratualmente programada, sendo apenas considerada como solução técnica potencial a desenvolver no futuro; 3. Determinar que a aceitação do ponto de ligação proposto não configura, por si só, um compromisso incondicional quanto à execução da adutora no prazo indicado pela empresa (1 de junho de 2026), mas sim um reconhecimento da sua viabilidade técnica em sede de planeamento; 4. Mandatar os serviços municipais para que, sem prejuízo da tramitação e calendarização da solução definitiva, seja avaliada e equacionada uma solução transitória ou provisória de abastecimento de água, a implementar caso não seja possível garantir a entrada em funcionamento da infraestrutura definitiva no prazo referido, de forma a não comprometer o arranque da atividade da unidade fabril; 5. Notificar a empresa requerente do teor da presente deliberação, clarificando que: A aceitação do ponto de ligação se encontra condicionada à compatibilização com a futura solução de projeto; A concretização da infraestrutura dependerá da disponibilidade orçamental e da tramitação dos procedimentos legais e

contratuais necessárias; O Município desenvolverá esforços para garantir, em articulação com os seus serviços técnicos, a viabilidade de uma solução de abastecimento adequada ao início da atividade da unidade industrial.-----

9 – Remoção coercivo de estrutura publicitário não licenciada – Rupestre Arts Hotel Ródão -----

---Considerando a informação n.º 703/2025, da DOUA, relativamente à proposta de decisão final ao pedido de licenciamento da Publicidade Luminosa do Rupestre Arts Hotel Ródão e considerando que: 1. A publicidade em causa foi instalada sem licenciamento municipal; 2. Foi concedido à entidade exploradora um prazo de 90 dias para proceder voluntariamente à remoção, através do ofício n.º 430_DOUA_AG, de 25/05/2024, sem que tenha sido cumprido; 3. O pedido de licenciamento subsequente mereceu parecer técnico desfavorável por incumprimento da cota mínima exigida no regulamento municipal, o que sustenta a proposta de indeferimento; 4. A pronúncia em sede de audiência prévia não apresentou argumentos técnicos ou jurídicos que pudessem alterar o sentido da decisão; 5. O novo pedido de prorrogação de prazo não apresenta fundamentos que justifiquem nova dilação, tendo já decorrido mais de um ano desde a primeira notificação. Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea aa) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte: a) Indeferir o pedido de licenciamento apresentado pela sociedade “Ródão Empreendimentos Turísticos S.A.”, relativo à instalação de publicidade luminosa no alçado poente do edifício onde funciona o Rupestre Arts Hotel Ródão, por incumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 59.º do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade, nomeadamente a cota mínima de 4 metros entre o solo e a parte inferior do letreiro; b) Indeferir o pedido de prorrogação de prazo para regularização apresentado pela mesma entidade, por ausência de fundamento atendível, considerando já ter sido anteriormente concedido um prazo de 90 dias, que decorreu sem que tenha sido removida a estrutura; c) Notificar a entidade exploradora para, no prazo de dez dias úteis, promover a remoção voluntária da estrutura publicitária, sob pena de o Município proceder à respetiva remoção coerciva; d) Determinar, caso não ocorra a remoção voluntária no prazo estipulado, o início da execução coerciva da decisão administrativa, com base no disposto no artigo 181.º do Código do Procedimento Administrativo, recorrendo à remoção direta ou por terceiro da estrutura publicitária, com posse administrativa dos meios necessários e imputação dos custos à entidade infratora; e) Remeter o presente processo ao Gabinete Jurídico para validação do enquadramento legal e acompanhamento dos atos subsequentes à execução coerciva, em articulação com os serviços técnicos..-----

---A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea aa) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 181.º do CPA e com a al. a), do n.º 1 do artigo 59.º do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade, o seguinte: a) Indeferir o pedido de licenciamento apresentado pela sociedade “Ródão Empreendimentos Turísticos S.A.”, relativo

ATA DE 11/07/2025

à instalação de publicidade luminosa no alçado poente do edifício onde funciona o Rupestre Arts Hotel Ródão, por incumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 59.º do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade, nomeadamente a cota mínima de 4 metros entre o solo e a parte inferior do letreiro; b) Indeferir o pedido de prorrogação de prazo para regularização apresentado pela mesma entidade, por ausência de fundamento atendível, considerando já ter sido anteriormente concedido um prazo de 90 dias, que decorreu sem que tenha sido removida a estrutura; c) Notificar a entidade exploradora para, no prazo de dez dias úteis, promover a remoção voluntária da estrutura publicitária, sob pena de o Município proceder à respetiva remoção coerciva; d) Determinar, caso não ocorra a remoção voluntária no prazo estipulado, o início da execução coerciva da decisão administrativa, com base no disposto no artigo 181.º do Código do Procedimento Administrativo, recorrendo à remoção direta ou por terceiro da estrutura publicitária, com posse administrativa dos meios necessários e imputação dos custos à entidade infratora; e e) Remeter o presente processo ao Gabinete Jurídico para validação do enquadramento legal e acompanhamento dos atos subsequentes à execução coerciva, em articulação com os serviços técnicos.-----

10 – Encerramento temporário do trânsito rodoviário na passagem de nível (PN) situada na Estrada Municipal 1373-----

--- Considerando que foi submetido pela empresa Somafel – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., pedido de interrupção temporária do trânsito na Estrada Municipal 1373, junto à passagem de nível ao PK 62+540 da Linha da Beira Baixa, com vista à execução de trabalhos de correção dos parâmetros geométricos da via férrea, nomeadamente a substituição de travessas sob o estrado de borracha, existe a necessidade de encerramento da referida passagem de nível. Neste contexto, propõe-se à Câmara Municipal a aprovação da interrupção da circulação rodoviária na Passagem de Nível ao Pk 62+540 da Linha da Beira Baixa, nos seguintes períodos: • Dia 28 de julho, (segunda-feira) das 00h00 até às 06h00, intervenção com duração de 06 horas; • Dia 28 de julho, (segunda-feira) das 23h00 até às 06h00 de 29 de julho (terça-feira), intervenção com duração de 7 horas; • Dia 29 de julho, (terça-feira) das 23h00 até às 06h00 de 30 de julho (quarta-feira), intervenção com duração de 7 horas. No decurso da intervenção, a empresa compromete-se a solicitar um serviço remunerado à Guarda Nacional Republicana (GNR), garantindo a presença de dois agentes no local para apoio à circulação rodoviária e segurança das operações. Adicionalmente, a entidade executante prevê a colocação de duas placas de pré-aviso junto à passagem de nível, com uma antecedência mínima de três dias, destinadas a informar a população local sobre os condicionalismos resultantes da operação.-----

--- Analisado o assunto a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, na sua atual redação, aprovar a interrupção da circulação rodoviária na Passagem de Nível ao Pk 62+540 da Linha da Beira Baixa, para

execução de trabalhos de beneficiação da via férrea, conforme solicitado pela empresa Somafel – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., nos seguintes períodos: • Dia 28 de Julho, (segunda-feira) das 00h00 até às 06h00, intervenção com duração de 06 horas; • Dia 28 de julho, (segunda-feira) das 23h00 até às 06h00 de 29 de julho (terça-feira), intervenção com duração de 7 horas; • Dia 29 de julho, (terça-feira) das 23h00 até às 06h00 de 30 de julho (quarta-feira), intervenção com duração de 7 horas, nos termos propostos.. -----

11 – Subsídios nos termos dos Regulamentos Sociais aprovados -----

11.1. Considerando a informação técnica n.º 700/2025 do Serviço de Ação Social, relativo ao processo de candidatura, em nome de Yefri Mendonza Rodriguez e Leandra Melisa Quintero Quintones, residentes na Rua das Pesqueiras n.º 347 – 6030-233 Vila Velha de Ródão, que no âmbito do Regulamento de Apoio à fixação de Jovens e Famílias, solicita apoio de comparticipação do valor da renda, propõe-se à Câmara Municipal deliberar a atribuição de um subsídio mensal, durante um ano, no montante de 112,50 € (cento e doze euros e cinquenta cêntimos).-----

---Vista a informação técnica, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no artigo 11.º, conjugado com o n.º 3 do art.º 15.º, do Regulamento de Apoio à Fixação de Jovens e Famílias, atribuir um subsídio mensal, durante um ano, para comparticipação do valor da renda, no montante de 112,50 € (cento e doze euros e cinquenta cêntimos), a ser pago de acordo com o respetivo regulamento.-

11.2. Considerando a informação técnica n.º 663/2025, do Serviço de Ação Social, referente ao pedido de apoio para construção de uma casa, para habitação própria na Urbanização do Lagar Novo, lote 3, em Sarnadas de Ródão, em nome de José António Ribeiro Marques e Marta Alexandra da Silva Oliveira, residentes na Rua Professor Sebastião António Morão Correia, lote 125 r/c frente, Parque da Granja, em Castelo Branco, propõe-se à Câmara Municipal deliberar a atribuição de um subsídio no valor de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), dividido em duas tranches de 1.250,00 € (mil duzentos e cinquenta euros), a pagar de acordo com o Regulamento. -----

--- Vista a informação técnica, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 15.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1.2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Apoio à Fixação de Jovens e Famílias, atribuir um subsídio no valor de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), dividido em duas tranches de 1.250,00 € (mil duzentos e cinquenta euros), a pagar de acordo com o Regulamento. -----

11.3. Considerando a informação técnica n.º 744/2025, do Serviço de Ação Social, referente ao pedido de apoio para aquisição de habitação própria e permanente em nome de Sérgio Estêvão de Lemos Rodrigues e Natacha Vanessa Campaniço Xavier, residente na Avenida da Serra, n.º 58 em Vila Velha de Ródão, propõe-se à Câmara Municipal deliberar a atribuição de um subsídio no valor de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros). Por terem mudado a residência para o nosso concelho têm direito a isenção das taxas

ATA DE 11/07/2025

de disponibilidade de água e saneamento e taxa de lixo, durante um ano, no valor aproximado de 8,00€/mês. -----

--- Vista a informação técnica, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 15.º, conjugado com a alínea b) do n.º 1.2 do art.º 5.º e com o n.º 3 do art.º 7.º, do Regulamento Municipal de Apoio à Fixação de Jovens e Famílias, atribuir o valor de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros) e isentar a requerente do pagamento das taxas de disponibilidade de água e saneamento e taxa de lixo, durante um ano, no valor aproximado de 8,00€/mês, nos termos da proposta apresentada. -----

12 – Subsídio nos termos do Regulamento Municipal de apoio ao Associativismo -----

---Considerando a informação nº 725/2025, referente ao pedido de cedência de um autocarro para transporte do Rancho Folclórico a São Martinho do Bispo, com vista à participação num Encontro de Ranchos, e considerando a impossibilidade por parte da Câmara Municipal de assegurar esse transporte, consideramos ser de manifesta necessidade apoiar a Associação, uma vez que esta não dispõe de meios financeiros para suportar os custos associados ao aluguer do autocarro, cujo valor é significativamente elevado. Desta forma, o município a título excepcional, apoiará a associação com o montante de 650,00€ (seiscentos e cinquenta euros), com o objetivo de custear o referido transporte.-----

---- Vista a informação técnica e analisado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face às razões invocadas, a título excepcional, atribuir um apoio monetário no valor de 650,00€ (seiscentos e cinquenta euros), à associação “As Nossas Gentes” – Rancho Folclórico de Sarnadas de Ródão, nos termos da alínea a) do nº 1, do artigo 9º, do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo. -----

--- O **Sr. Presidente** explicou que este apoio vinha no seguimento de um pedido de transporte que, infelizmente, não se poderia realizar com os autocarros do Município e, face a essa indisponibilidade, a Associação será apoiada com o valor dessa deslocação. -----

--- O **Sr. Vereador, Carlos Faria**, usou da palavra para alertar para a necessidade do Regulamento de apoio ao Associativismo ser revisto, uma vez que se têm verificado algumas dificuldades por parte da Câmara Municipal assegurar os transportes solicitados, tendo o **Sr. Presidente**, explicado que o Município tem um limite de quilómetros atribuídos às Associações porém, neste caso específico, a Câmara Municipal assumiu realizar o transporte mas, devido a constrangimentos supervenientes, deixou de ser possível responder ao pedido afirmativamente, motivo pelo qual se atribuiu o subsídio.-----

----- O **Sr. Vereador, Carlos Faria**, referiu que está de acordo com o apoio e, na sua opinião, todas as Associações deviam ser apoiadas, reiterando que seria importante regulamentar como proceder perante estas situações. -----

13 – Cartões do Idoso -----

---Considerando a informação técnica n.º 586/2025 do Serviço de Ação Social, referente aos pedidos de cartão do idoso, conforme documento anexo à referida informação, propõe-se a aprovação dos cartões do idoso que constam do mesmo.-----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto do artigo 3.º do Regulamento para Atribuição do Cartão do Idoso/Social, na área do município de Vila Velha de Ródão, aprovar a atribuição dos cartões do idoso, aos munícipes que constam na lista apresentada, cuja cópia se arquiva nos documentos presentes na reunião.-----

14 – Empreitada – “Lagar de Varas – Edifício de Receção, Passadiço e Elevador Panorâmico” – Trabalhos a menos, trabalhos complementares e prorrogação de prazo -----

---Considerando a informação 749/2025, da DOUA, de 07/07/2025, e de acordo com o conteúdo da mesma, propõe-se á Câmara Municipal, o seguinte: 1. Indeferir o pedido de prorrogação de prazo apresentado pelo empreiteiro; 2. Aprovar a não execução de trabalhos (trabalhos a menos) e a execução dos trabalhos complementares, descrito no documento em anexo; 3. Aprovar a execução de trabalhos complementares, de espécie idênticas aos contratuais, descrito no documento em anexo; 4. Notificar o empreiteiro da necessidade de apresentação de preço e prazo de execução para os trabalhos a realizar a preço contratuais e não contratuais. 5. Notificar o empreiteiro para apresentar um plano de trabalhos atualizados e cronograma financeiro de recuperação da empreitada; 6. Registrar o reconhecimento do risco de ultrapassagem do prazo contratual para a execução da empreitada.-----

--- Vista a informação técnica e analisado o seu conteúdo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte: indeferir o pedido de prorrogação de prazo apresentado pelo empreiteiro; aprovar a não execução de trabalhos (trabalhos a menos) e a execução dos trabalhos complementares, descrito no documento em anexo; aprovar a execução de trabalhos complementares, de espécie idênticas aos contratuais, descrito no documento em anexo; notificar o empreiteiro da necessidade de apresentação de preço e prazo de execução para os trabalhos a realizar a preço contratuais e não contratuais; notificar o empreiteiro para apresentar um plano de trabalhos atualizados e cronograma financeiro de recuperação da empreitada; e, registar o reconhecimento do risco de ultrapassagem do prazo contratual para a execução da empreitada, nos termos da alínea f), do n.º 1 do art.º 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os artigos 370.º; alínea b), do n.º 1 do 373.º do n.º 1 do art.º 378.º, art.º 379.º, n.º 1 do art.º 403.º e n.º 1 do art.º 404.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).-----

15 – Empreitada – “Edifício Inacabado - Moradia Bifamiliar em Fratel” - Novo cronograma financeiro, novo Plano de Trabalhos e prorrogação de prazo -----

---Considerando a informação 755/2025, da DOUA de 08/07/2025, e de acordo com o conteúdo da mesma, propõe-se à Câmara Municipal, o seguinte: 1. Aprovar os trabalhos complementares descritos nas listagens em anexo devendo os custos da realização ser imputados ao Dono de Obra; 2. Solicitar ao

ATA DE 11/07/2025

empregueiro apresentação de preço e prazo de execução para os trabalhos a realizar a preços não contratuais acompanhada dos elementos técnicos necessários à sua definição; 3. Notificar o empregueiro para apresentação de um plano de trabalhos atualizados e cronograma financeiro de recuperação da empreitada; 4. Registrar o reconhecimento do risco de ultrapassagem do prazo contratual para a execução da empreitada.)-----

---Vista a informação técnica e analisado o seu conteúdo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte: aprovar os trabalhos complementares descritos nas listagens em anexo devendo os custos da realização ser imputados ao Dono de Obra; solicitar ao empregueiro apresentação de preço e prazo de execução para os trabalhos a realizar a preços não contratuais acompanhada dos elementos técnicos necessários à sua definição; notificar o empregueiro para apresentação de um plano de trabalhos atualizados e cronograma financeiro de recuperação da empreitada; e, registrar o reconhecimento do risco de ultrapassagem do prazo contratual para a execução da empreitada, nos termos da alínea f), do n.º 1 do art.º 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os artigos 370.º; alínea b), do n.º 1 do 373.º do n.º 1 do art.º 378.º, art.º 379.º, n.º 1 do art.º 403.º e n.º 1 do art.º 404.º do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----

16 – Creche Municipal de Vila Velha de Ródão – Análise à adjudicação -----

---Considerando que: Por deliberação da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, levada a efeito no dia 27 de junho de 2025, foi adjudicada à Construtora Jerónimo Reis e Afonso, Lda., a Empreitada de “Creche Municipal de Vila Velha de Ródão – Requalificação da Antiga Escola Primária para Creche”, tendo sido, igualmente, aprovada a minuta do contrato; Tal empreitada foi adjudicada à Construtora Jerónimo Reis e Afonso, Lda., com sede em Rua S, Lotes 24 e 25, Zona Industrial, 6000-790 Castelo Branco, pelo valor global de 919.920,53 € (novecentos e dezanove mil novecentos e vinte euros e cinquenta e três cêntimos), aos quais acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor; A adjudicação foi feita no seguimento do Procedimento por Ajuste Direto, através da Plataforma Eletrónica www.acingov.pt, com a Referência E09/25, e ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, na sequência da respetiva aprovação por deliberação do executivo tomada em reunião levada a efeito em 05 de maio de 2025; O encargo resultante com a empreitada em apreço tem cabimento no orçamento do Município de Vila Velha de Ródão, na rubrica, 07.01.03.04, e consta do Plano Plurianual de Investimentos com o código 2022/I/1. Contudo, apesar de existir dotação orçamental para o efeito – conforme se demonstra pela emissão do respetivo cabimento e compromisso –, verificou-se, entretanto, não se encontrarem devidamente assegurados todos os requisitos legais para a regular emissão do número de compromisso (2025/795); Todo o procedimento, até à fase de adjudicação, obedece a todas as normas legais aplicáveis; O n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que

estabelece as Regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, conjugado com o artigo 162.º e os n.ºs 2 e 5 do artigo 164.º do CPA, que permitem a adoção de reforma ou conversão dos atos nulos a que respeitam, desde que não tenha havido alteração ao regime legal; Ponderados os interesses públicos e privados em presença, bem como os princípios que presidem à contratação pública, nomeadamente os princípios da legalidade e da boa-fé; O dever de praticar um novo ato, expurgado de qualquer forma de invalidade. Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal aprove: - A nulidade da deliberação da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, levada a efeito no dia 27 de junho de 2025, na parte respeitante à adjudicação à Construtora Jerónimo Reis e Afonso, Lda., da Empreitada de “Creche Municipal de Vila Velha de Ródão – Requalificação da Antiga Escola Primária para Creche”; - A notificação à Construtora Jerónimo Reis e Afonso, Lda. do conteúdo da presente deliberação.

---Analisado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 162.º e os n.ºs 2 e 5 do artigo 164.º do CPA, aprovar a nulidade da deliberação da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, levada a efeito no dia 27 de junho de 2025, na parte respeitante à adjudicação à Construtora Jerónimo Reis e Afonso, Lda., da Empreitada de “*Creche Municipal de Vila Velha de Ródão – Requalificação da Antiga Escola Primária para Creche*”, e a notificação à Construtora Jerónimo Reis e Afonso, Lda. do conteúdo da presente deliberação.-----

--- **O Sr. Presidente** explicou que com a assinatura do pacto – Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Regional do Centro e a CIMBB, houve o entendimento, não só pela Câmara Municipal, de que o mesmo era garantia de financiamento da obra. Contudo houve a necessidade de se verificarem alguns formalismos, que conduziram à deliberação agora tomada. Lamenta que, no atual contexto, em que há uma enorme dificuldade na adjudicação por parte da entidade adjudicantes, acrescida pelos curtos prazos de execução imposto pelo PRR, não haja forma de facilitar as adjudicações, evitando-se assim a perda de financiamentos e a consequente impossibilidade de concretização dos projetos de investimento. -----

17 - Subsídios -----

--- Considerando o pedido de apoio endereçado pelo Núcleo do Sporting de Castelo Branco com vista ao Município auxiliar aquela entidade na aquisição de troféus para premiar os participantes da 12.ª Corrida Comendador Joaquim Mourão, a qual irá ter lugar no próximo dia 14 de setembro, e que conforme o disposto na alínea f) nº2 do artigo 23.º da Lei 75/2013 são atribuições dos Municípios os tempos livres e o desporto, sendo esta atividade enquadrável e passível de apoio, propõe-se a atribuição de um apoio em espécie, através da aquisição de troféus até ao montante máximo de 600,00€ (seiscentos euros), para apoiar a iniciativa. -----

---Analisado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto na alínea

ATA DE 11/07/2025

f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, atribuir um apoio em espécie, através da aquisição de troféus até ao montante máximo de 600,00€ (seiscentos euros) ao Núcleo do Sporting de Castelo Branco para premiar os participantes da 12.ª Corrida Comendador Joaquim Mourão. -----

18 – Informações-----

O Senhor Presidente deu conhecimento: -----

- a) Da informação n.º 736/2025, de 04/07/2025, da Secção de Contabilidade, Património Aprovisionamento, relativa à execução dos documentos previsionais de 2025, à data de 30/06/2025 e do apuramento dos fundos disponíveis para o corrente mês de julho; -----
- b) Da comunicação da E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A. que dá informação do Investimento Realizado em 2024 e Plano de Obras E-REDES de 2025; -----
- c) Da celebração de dois contratos no âmbito da Medida Emprego-Inserção + com Paula Maria Ribeiro de Matos e Paulo Sérgio Pires Correia, respetivamente, cujas candidaturas foram aprovadas em reunião da Câmara Municipal realizada em 21/03/2025, referindo a importância destes contratos uma vez que permitem integrar as pessoas, dando-lhes a oportunidade de se sentirem úteis na concretização de alguns trabalhos; -----
- d) Da necessidade de cancelamento do último dia de realização da Feira dos Sabores, que decorreu no último fim de semana de junho, perante as condições climatéricas extremamente adversas. Foi necessário tomar uma decisão difícil, decisão solitária tomada em consonância com a Proteção Civil, tendo agradecido a compreensão e apoio que recebeu de todos os expositores, a quem explicou pessoalmente, um a um, as razões da decisão e solicitou compreensão. Agradeceu em particular a preocupação manifestada pelo Sr. Vereador Carlos Faria, registando com apreço a sua mensagem de apoio e de solidariedade naquele momento difícil; -----
- e) Registrar o agrado com a notícia extremamente positiva para Vila Velha de Ródão divulgada por um jornal isento e de reconhecimento a nível nacional, em que expôs de forma imparcial toda a transformação e impacto positivos na qualidade de vida das pessoas que tem acontecido no nosso Concelho, considerada uma exceção a nível nacional, deixando um agradecimento a todos aqueles que contribuíram para que esta situação fosse uma realidade; -----
- f) Dos pagamentos efetuados no período no valor de 212.877,12€. -----
De seguida, o Sr. Presidente deu novamente a palavra aos presentes, para que pudessem apresentar mais questões, dando-se continuidade à **Intervenção do Público, de acordo com artigo 10º do Regimento.** -----

--- A **Sra. Joana Bárbara**, usou da palavra questionando da possibilidade de colocar uma passadeira para peões junto a sua casa, uma vez que tem muitos netos e bisnetos que brincam ali junto à porta e tem

receio que algo aconteça, dada a velocidade com que os veículos ali circulam e, na sua opinião, a passadeira faria com que os veículos se descolassem com menos velocidade naquela zona. -----

--- O **Sr. Presidente** referiu ter registado o pedido, acrescentando que existia um procedimento aberto onde iriam ser adjudicados alguns redutores de velocidade e ver da possibilidade de resolver também essa situação. -----

--- O **Sr. Rui Gonçalves**, colocou mais uma questão relacionada com o PDM, considerando ser complicado construir nas Sarnadas de Ródão, bem como nas restantes delimitações, referindo já ter tentado por várias vezes, junto de diversas entidades, que consideram que a construção pretendida se encontrava numa reserva agrícola ou ecológica, pelo que não a pode realizar. Admitiu compreender a situação, contudo considera-a injusta, deixando esta nota para se poder analisar e resolver no futuro. -----

--- O **Sr. Presidente** respondeu que as Revisões do PDM têm de ser muito justificadas pelos Municípios, dando exemplos práticos que têm acontecido em Vila Velha de Ródão, tendo aconselhado a estarem atentos às revisões, e informarem o Município das intenções de construção em determinados terrenos pois, dessa forma, quando se fizer uma revisão e/ou alteração do PDM se analisar da possibilidade de justificar o enquadramento para essas pretensões. Acrescentou que se tinha criado uma oportunidade excelente para as Sarnadas de Ródão, com a urbanização que se estava a ser feita, acreditando que ainda este ano se iniciasse a construção das casas e, posteriormente, com a ligação do Lagar Novo à Estrada Nacional 18, cujo projeto já se encontrava em vias de adjudicação, se abria uma oportunidade para as Sarnadas de Ródão, que sendo uma zona apelativa, traria mais habitantes num futuro próximo.-----

--- O **Sr. Presidente de Junta de Freguesia**, agradeceu mais uma vez a presença de todo o executivo na freguesia, ficando na expectativa de quem suceder continuasse com esta política de proximidade. Referiu ainda o facto de haver muita gente na reunião e caso a mesma decorresse na sede do concelho, muitos não se deslocariam para expor os seus problemas e/ou preocupações, reforçando que estas reuniões eram assim uma mais valia. Terminou agradecendo ao município e a todos os participantes na reunião e convidando todos os presentes para, no final da reunião, se deslocarem ao lagar para degustar alguns dos bons produtos daquela freguesia que são muito bons. -----

---- Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Faria**, iniciando a sua intervenção com um agradecimento ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, pela forma amável como sempre recebe o executivo. Demonstrando-se contente e simultaneamente triste perante uma preocupação que há muito tem transmitido, que se relacionava com o estado da Fonte Nova e da Rua da Estação, ficando contente por saber que a Fonte Nova iria ser embelezada e a Rua da Estrada iria ter uma intervenção por se tratar também de uma preocupação da junta de freguesia, ficando triste pelo facto de durante os últimos anos ter questionado o Sr. Presidente sobre estes dois assuntos e terem sido sempre descartados para a responsabilidade da entidade competente, as Infraestruturas de Portugal. Referiu ainda que a oposição

ATA DE 11/07/2025

tem uma função tão importante como a do Sr. Presidente, não para dizer mal, mas para alerta-lo de questões importantes para a população, para que as possa resolver, lamentando o facto do Sr. Presidente nunca ter estado do lado da oposição a apoiar essas medidas importantes por si propostas. -----

--- Por fim, **o Sr. Presidente**, lembrou que ainda durante a reunião tinha tido o cuidado de enaltecer o comportamento do Sr. Vereador num momento difícil. Acrescentou que se a intervenção do Sr. Vereador tivesse sido logo no início da reunião, teria tido a mesma resposta que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia teve. Referiu ainda que o Sr. Vereador tinha de ser justo, pois ao longo de todos os anos de mandato tinha sido sempre tratado com atenção e, por isso, do ponto de vista do relacionamento institucional, não teria nada a dizer do Sr. Presidente, mas o que interessava eram as ideias e os projetos, independentemente da paternidade, portanto, o importante era o que se conseguia concretizar para as pessoas. Terminou agradecendo a todos pela receção, em particular ao Presidente da Junta de Freguesia pela forma simpática como sempre os recebe e também pelos excelentes produtos que iriam certamente degustar, que são produtos de excelência. Estendeu o agradecimento aos investidores privados que têm contribuído para a vitalidade e desenvolvimento do concelho. -----

---Foram presentes e encontram-se arquivados como anexos à presente ata, fotocópia dos seguintes documentos: Informação nº. 761/2025, da DAF e Relação dos pedidos para atribuição do Cartão do Idoso.

Encerramento

---E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 16:30h, dela se lavrou a presente ata, que depois de lida e julgada conforme vai ser assinada pelo Sr. Presidente, e por mim, Fernanda Maria Ferreira da Silva Neves, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, que a secretariei, através do recurso à assinatura digital qualificada e nos termos dos pontos 4 e 5 do art.º 19.º do Regimento da Câmara Municipal, aprovado em Reunião de Câmara de 12/10/2021. Todas as deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta na presente reunião. -----